

Professores começam hoje a discutir greve

Eles protestam contra a política salarial para o funcionalismo e rejeitam o modelo do MEC

PABLO PEREIRA

Uma mobilização nacional de professores da rede pública de ensino superior discute nesta semana uma eventual paralisação das aulas no País. Os professores protestam contra a política salarial para o funcionalismo, contida no plano do governo de reforma do ensino, e rejeitam o modelo educacional adotado pelo Ministério da Educação (MEC). O novo sistema incentiva parcerias com o setor privado por meio de organizações sociais e organizações não-governamentais (ONGs).

De hoje a quinta-feira, os docentes federais fazem rodadas estaduais para debater a organização de uma greve. No sábado e domingo, representantes regionais da categoria nas áreas federal e estadual reúnem-se em Brasília para avaliar o movimento e definir formas de combate à reforma.

“Já há indicativos de greve em Minas Gerais”, disse a presidente do sindicato nacional (Andes), Maria Cristina de Moraes. Os professores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) já definiram o dia 16 para a paralisação. Na Federal de Uberlândia o indicativo de greve foi aprovado, mas ainda sem data.

Ontem, em São Paulo, o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, disse que espera que os professores não façam greve. Ele disse que a questão salarial é um problema de todo o funcionalismo. “É por isso que queremos a autonomia universitária, para que cada instituição possa definir como pagar”, disse. “Como chegamos ao terceiro ano proibidos de dar aumento, criamos a gratificação para que professores titulados dêem aulas na graduação”, afirmou.

Bird – Os professores protestam também contra a municipalização e acusam o governo federal de adotar uma política de desvalorização das entidades de ensino superior para justificar um processo de privatização branca, indicado pelo Banco Mundial (Bird). A mudança no sistema educacional vem sendo articulada há pelo menos dois anos e coincide com as medidas indicadas pelo sistema financeiro internacional como solução para o desenvolvimento em países pobres.

O governo argumenta que já são visíveis os sinais de melhora nos índices do setor, como o do analfabetismo, que caiu de 18,9% em 1994 para 15% e quer estabelecer a municipalização do ensino fundamental, para crianças de 7 a 14 anos. Essa é uma das principais recomendações do Bird para o desenvolvimento de países pobres.

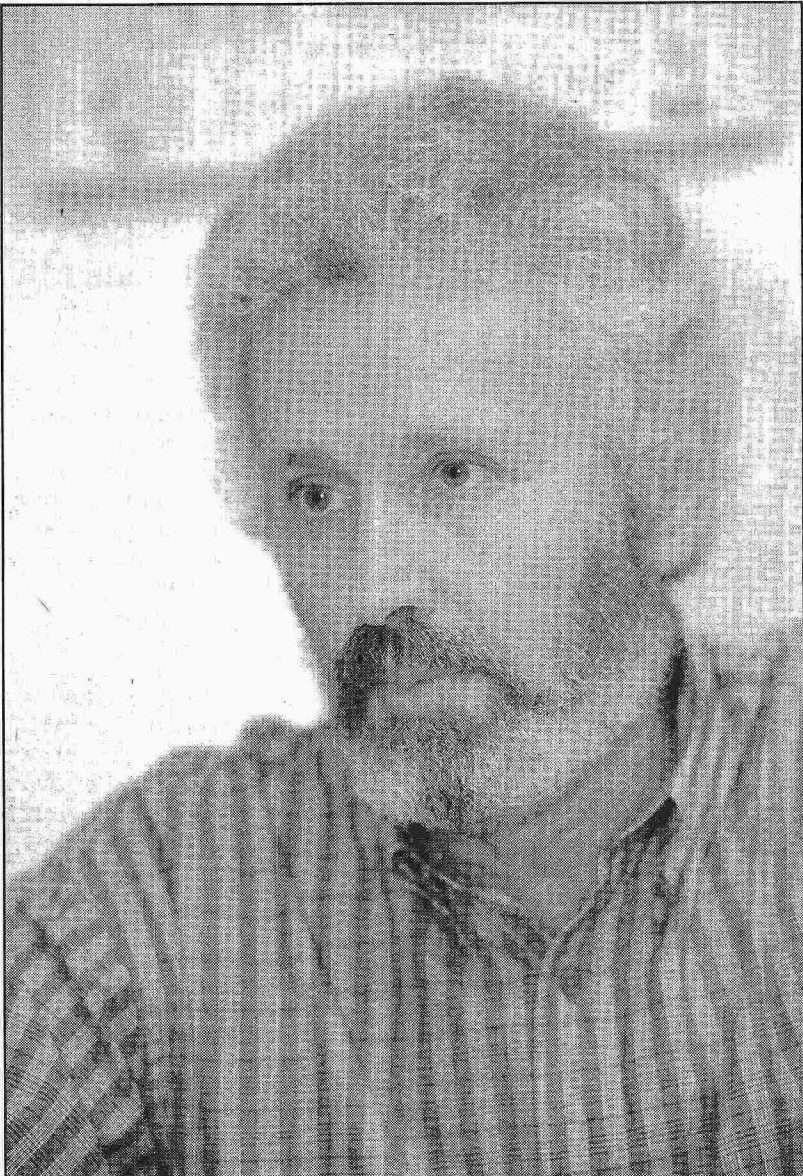
Em novembro, a direção do Bird deu os primeiros sinais de aprovação do plano de reforma do governo brasileiro. Um executivo de Washington, Patricio Millan, foi designado para acompanhar o processo em Brasília. Desde então, Millan coordena uma missão encarregada do projeto de políticas sociais para o País.

Além de servir de suporte para a política de municipalização do ensino fundamental, ele deve atuar também na área de saúde. Os municípios de Estados amazônicos e da Região Centro-Oeste serão os primeiros a ser beneficiados.

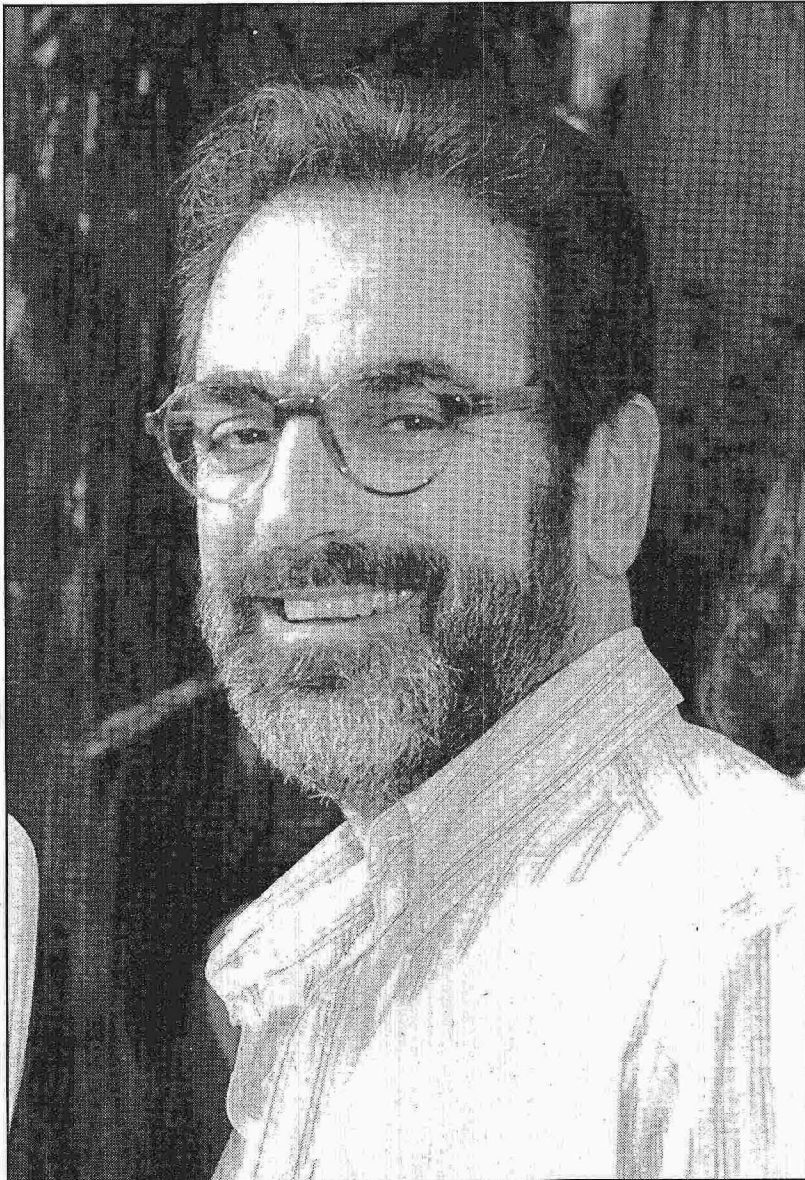
Com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), criticado pelas entidades, o governo quer abrir caminho para que haja um aumento da participação da sociedade no processo.

Integração – Pelos argumentos do governo, o setor educacional comporta uma integração entre os níveis de administração pública (União, Estados e municípios), iniciativa privada e ONGs. Essa tendência ocorre hoje no setor ambiental. É com esse sistema que funciona o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), cada dia mais operando com convênios e parcerias para criação de fontes de financiamento que dão suporte às ações do órgão.

Essa intervenção atende à orientação do Bird. Em setembro, o presidente do banco, James Wolfenso-



Oded Grajew: “Tem professor dirigindo táxi para sobreviver”



Mindlin: “As crianças que estão aí já perderam muito tempo”



hn, deixou claro em discurso em Hong Kong, no qual citou a pobreza no Brasil, que deve haver concentração de investimentos na educação básica. Para as entidades, a reforma brasileira segue esses parâmetros, tirando com a retirada de recursos de cima para aplicação na base.

Os primeiros exemplos, segundo as entidades, ocorreram exatamente no topo do sistema, no ensino superior. Há dois anos, o Ministério da Reforma Administrativa (Mare) propôs uma política de redução do tamanho do Estado e bateu de frente com o funcionalismo, incluindo os professores das universidades federais. Dois dos esteios da reformulação administrativa do ministro Bresser Pereira eram a redução dos gastos da folha de pagamento e o incentivo ao repasse do comando de setores públicos para organizações sociais de direito privado.

Privatização – Uma das saídas para essa reestruturação do Estado seria o fortalecimento das fundações, como indica o Bird. Para as entidades

de docentes, esse conjunto de medidas representa a privatização da educação. “O último reajuste salarial da categoria foi ainda no governo Itamar”, disse Maria Cristina.

De acordo com os cálculos da entidade, a defasagem salarial dos professores já bate na casa dos 50%. A Andes quer um reajuste de emergência de 48,65%, baseado no índice do Dieese. No início do mês, o ministro da Educação apontou o caminho que o governo vai seguir ao anunciar dia 11 o Programa de Incentivo à Docência nas Instituições Federais de Ensino Superior.

O programa cria um sistema de bolsas que devem ser concedidas a professores do quadro efetivo, mas atende somente os profissionais com doutorado, mestrado e especialização, desde que tenham dedicação exclusiva ou regime de 40 horas. São bolsas por dois anos. Quem tem doutorado e não recebe dinhei-

ro de aposentadoria ou de bolsa de formação poderá ser beneficiado. Nesse caso, o docente será do tipo A e receberá R\$ 1.100,00. Os professores com mestrado, que tenham os mesmos pré-requisitos, terão a bolsa B, de R\$ R\$ 760,00.

No fim da escala estão os especialistas, do tipo C, com o valor de R\$ 400,00. Aqueles que já foram bolsistas do CNPq terão direito a 75% dos valores respectivos. A distribuição será feita por comissão criada pelas reitorias. Para o MEC, o programa é um incentivo ao envolvimento dos docentes com a graduação, representando ganhos salariais de 42 a 48%. Para as entidades, representa uma contradição com o discurso de melhora da capacitação dos professores, prevista na reforma do ensino.

“Essa medida é excludente e vem sendo rejeitada pela maioria dos docentes nos Estados”, afirmou a dirigente da Andes. “Se o governo quer mesmo investir na docência, deve aprovar logo o reajuste de 48,65% que estamos reivindicando.”

Pacote – Pelos cálculos da Andes, o governo aproveitou-se da crise asiática para cortar 12,5% das verbas nas bolsas de mestrado e doutorado no pacote das 51 medidas, em novembro. A medida atinge novas bolsas para este ano. O número de bolsas não pode ultrapassar 50% em relação a 1997. A redução prejudica o sistema de pós-graduação, alegam os sindicalistas.

Dados da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) apontam para uma situação grave nas contas das entidades. As universidades federais fecharam 97 com um déficit. A Andifes concluiu que seriam necessários R\$ 410 milhões para que as contas fossem zeradas. O governo federal repassou no ano passado para as universidades o valor de R\$ 638 milhões. Para este exercício, a previsão é de R\$ 360 milhões.

Diante desse quadro, levantamento da Andifes em 22 unidades indicou o afastamento de 13.706 servidores não estáveis. Na projeção da Andes, o número de demissões pode chegar a 30 mil nas 52 instituições federais.